

ciária defende os direitos de quem?"; "Sistema Integrado de informação Criminal e Coordenação Policial";

Membro do júri das provas de acesso ao CEJ nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005;

Designado pela PGR e pela PGD de Coimbra membro da Coordenação Distrital de Coimbra do Ministério Público no âmbito do EURO 2004.

Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, na Directoria de Coimbra, desde 7.6.2008.

Lic. Luis Manuel Maia Mota Carmo, procurador-adjunto — nomeado em comissão de serviço para o cargo de director de Unidade Territorial da Directoria do Sul da Polícia Judiciária;

Curriculum Vitae

Dados Biográficos

Luis Manuel Maia Mota Carmo, nascido a 11-04-1962 em Lisboa.

Habilitações Académicas

Licenciado em direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa).

Curso de especialização em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Dados Profissionais

De 13.11.1986 a 27.07.1988 — estágio de Advocacia do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados.

De 27.07.1988 a 17.09.1990 — exercício de funções como Advogado com escritório no Porto.

De 17.09.1990 a 15.09.1992 — Auditor de Justiça na fase "Teórico-prática" do Centro de Estudos Judiciários.

De 15.09.1992 a 14.06.1993 — Procurador-adjunto estagiário no tribunal judicial da comarca de Cascais.

De 14.06.1993 a 11.07.1997 — Procurador-adjunto no tribunal judicial da comarca de Vila Real de Santo António. De 11.07.1997 a 10.01.2006 — Procurador-adjunto no Tribunal judicial da comarca de Tavira.

De 12.01.2006 a 20.08.2006 — Procurador-coordenador e formador de magistrados na Procuradoria-geral da República de Timor-Leste, no âmbito da missão "UNOTIL — United Nations Office in Timor-Leste".

Desde 01.09.2006 — Procurador-adjunto no tribunal judicial da comarca de Tavira.

Classificado com a nota de "Muito Bom".

Actividades desenvolvidas com relevância funcional

Magistrado-formador de Auditores de Justiça do Centro de Estudos Judiciários e membro de júri na fase oral dos testes de aptidão dos candidatos ao ingresso no Centro de Estudos Judiciários.

Ensaio escritos, entre outros, sobre: "A Culpa e Concurso de Crimes", "Regime Jurídico das Acções de Prevenção no Combate à Corrupção e à Criminalidade Económica e Financeira" e "O «Gang» como Fenómeno de Delinquência Juvenil / O caso dos «Gatos Vadios»", em edições policopiadas constantes da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Vogal do Conselho Superior do Ministério Público.

Lic. José André Vaz, procurador da república — nomeado em comissão de serviço para o cargo de director da Unidade Disciplinar e de Inspeção da Polícia Judiciária;

Curriculum Vitae

Nome: José André Vaz, Data de nascimento: 18.11.56

Naturalidade: freguesia de Aldeia da Ponte, concelho do Sabugal

Habilitações:

1983 — Concluiu licenciatura em Direito, Faculdade de Direito de Lisboa

1983-1985 — Frequentou VII Curso Especial do Ministério Público, CEJ.

Actividades profissionais e outras:

1985-2002 — Delegado do Procurador da República nas Comarcas de Vila Franca do Campo, de Ponta Delgada e de Lisboa, tendo nesta desempenhado funções no Tribunal do Trabalho de Lisboa

2000-2002 — Procurador de República na Comarca de Lisboa onde continuou a desempenhar funções no Tribunal do Trabalho de Lisboa.

2002-2009 — Em comissão de serviço, desempenhou funções como Director do Departamento Disciplinar e de Inspeção da Polícia Judiciária.

1990-2002 — Formador, no âmbito dos estágios de iniciação e pré-afectação dos cursos de formação do CEJ.

1995-1997 — Docência no Centro de Estudos Judiciários na área de jurisdição laboral

1995-1997 — Integrou júris dos exames orais para ingresso no Centro de Estudos

Judiciários, nos anos de 1995, 1996 e 1997, na área de jurisdição laboral.

2008 — Coordenador do Grupo de Trabalho Para Assuntos Jurídicos (GTAJ), no âmbito da interoperabilidade entre sistemas de informação das entidades que fazem parte do sistema de segurança interna.

2002-2008 — Colaboração na formação, na área da Ética, Deontologia e do Direito Disciplinar, no ISPJCC, actual Escola da Polícia Judiciária;

Artigos publicados:

Revista do Ministério Público, n.º 54, 1993, p. 139 Trabalho temporário;

n.º 78, 1999, p.125- Contrato de trabalho temporário e contrato de utilização: Justificação insuficiente da sua celebração"

Prontuário de Direito do Trabalho, n.º 46, 1994, p. 59 A Compensação estabelecida para a caducidade dos contratos a termo certo;

n.º 47, 1995, p. 107 — a aplicação do artigo 48.º do Dec. 360/71, de 21 de Agosto (co-autoria);

n.º 50, 1997, p. 57 — Doenças Profissionais e os trabalhadores da C.P.(co-autoria);

n.º 76, 77, e 78, 2008. pág. 197 — O poder Disciplinar no Direito Administrativo e no Código do Trabalho — semelhanças e diferenças

Jornal O Público, edição de 12/01/2000, p. 13 (artigo de opinião)"Tribunais do Trabalho sem Ministério Público?"

Conferências/Palestras:

Em 9 de Fevereiro de 1996, Direito do Trabalho — Avaliação e Re-paração do Dano -, Auditório do CEJ;

Em 27 de Abril de 1998, "sobre o Projecto de Proposta de Lei sobre a Revisão do Código do Processo do Trabalho," a convite da CGTP — Intersindical, em Lisboa.

Em 21 e 22 de Janeiro e 4 e 5 de Fevereiro de 2000 — "A nova Legislação do Trabalho — Aspectos práticos do novo regime" — no Auditório do CEJ e no Auditório do Centro de Formação do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, respectivamente

Em 28 de Janeiro de 2002, no Seminário da ARESP — Associação da Restauração e Similares de Portugal — "Contrato a termo" em Lisboa, a convite desta associação empresarial.

Em 03 de Julho de 2002 — participação num Painel sobre a "A Reforma do Processo de Trabalho" promovido pelo Centro de Estudos Sociais — Observatório Permanente da Justiça Portuguesa — da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Coimbra.

Em 29 de Março de 2003 — "O Ministério Público na Jurisdição Laboral" participação na Conferência Nacional do SMMP, no Hotel Estoril Eden,

Em 08 de Julho de 2004 — intervenção na sessão "Encontro com Magistrados", no âmbito do XXI Curso Normal de Formação de Magistrados, no C.E.J.

Em 17 de Outubro de 2005 e em 09 de Janeiro de 2006 — participação numa sessão sobre *responsabilidade disciplinar dos magistrados*, no âmbito do XXIV Curso Normal, no C.E.J.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

8 de Maio de 2009. — Pela Directora da Unidade, *António Barbosa*.

201774462

Despacho (extracto) n.º 11443-C/2009

Por despacho de 2009.04.03 de SS. Ex.ª o Ministro da Justiça:

Lic. José Maria Moreira da Silva, juiz de direito — nomeado em comissão de serviço para o cargo de director da Unidade Nacional Contra a Corrupção da Polícia Judiciária;

Curriculum Vitae

Nome: José Maria Moreira da Silva

Nascido em 29 de Maio de 1951, em Castelões de Cepeda — Pa- redes

Habilitações: Licenciado em Direito

Lugar de Origem: Juiz de Direito do Círculo Judicial de Vila Franca de Xira

Outros cargos desempenhados:

Oficial de Justiça no período compreendido entre 1969-1992;

Chefe do Serviço de Apoio Técnico, primeiro, e, depois, Assessor do Alto-Comissário Contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa de Macau no período de 1992-1994;

18586-(12)

Diário da República, 2.ª série—N.º 90—11 de Maio de 2009

Juiz de Direito nas comarcas de Penafiel, Vila Franca do Campo, Praia da Vitória, Ponta Delgada, Penafiel e Varas Cíveis de Lisboa entre 1997-2001;

Director-Geral Adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no período de 2001-2004;

Director-Nacional Adjunto da Polícia Judiciária desde 21 de Abril de 2006, tendo a seu cargo a Direcção Central de Investigação da Corrupção

e da Criminalidade Económica e Financeira, actual Unidade Nacional de Combate à Corrupção.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

8 de Maio de 2009. — Pela Directora da Unidade, *António Barbosa*.

201774479

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750
